



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA Pregão Eletrônico nº 54/2019 -SRP PROCESSO nº 23346.000672.2019-28

1 - OBJETO

Fornecimento de solução de software fiscal e contábil para o Campus Muzambinho e Centro de Pesquisa e Produção (localizada em Guaxupé).

2 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC E ESTIMATIVA DA DEMANDA

Esta demanda consiste na contratação de software, impressora, manutenção e suporte.

Item 1: Licença de software fiscal - cadastro de 2 CNPJ sendo 01 (uma) para o Campus Muzambinho, CNPJ: 10.648.539/0002-96 e 01 (uma) para o Centro de Pesquisa e Produção, CNPJ: 10.648.539/0006-10. Cadastro de no mínimo 2 usuários por CNPJ. Licenças de uso pelo período de 12 (doze) meses, a partir da instalação e aceitação formal, de software de sistema fiscal com as seguintes especificações mínimas: - Configuração da diferença de alíquota por CFOP, UF e forma de tributação; - SPED Fiscal; - Transferência entre filiais com lançamentos de entradas e saídas simultaneamente; - Livro de ISS com impostos retidos; - Contabilização por sub-código fiscal; - Contabilização dos impostos por sub-código fiscal; - Configuração das retenções na própria série de saídas; - CFOP e tributos associados; - Possibilidade de lançar as faturas no momento do lançamento do documento fiscal; - Importação DANFE na hora dos lançamentos; - Controle completo das faturas (integrado com a Contabilidade); - Diversos relatórios de conferência; - Travamento da movimentação de documento fiscal depois da impressão das guias; - Controle das retenções conforme recebimento das faturas; - Controle de acesso por usuário; - Gerar arquivos para sistemas eletrônicos de processamento de ICMS, ISSQN, Livros Eletrônicos, Sintegra, Sped Fiscal e outros; - Relatórios dos livros: Registro, ISSQN, Entrada, Saída, CIAP, Duplicata, Inventário; - Relatório Mapa Resumo ECF; - Relatório Modelo livros PED; - Relatório VAF-DAMEF; - Cadastro: contador, empresa, fornecedor, cliente, ICMS por Estado, Mercadoria, Tipo de Bem, Estado Bem, Saldo inicial ECF, Saldo Inicial Tributos, Serviços, Grupo de Empresas, Diferente Alíquota UF/ Forma de Tributação, Controle de Créditos Fiscais, Código Fiscal e outros; - Instalação servidor/cliente; - em conformidade com as legislações tributárias vigentes. Neste caso, apresentar documento comprobatório de entidade de direito público; - Com garantia de atualizações durante o período de vigência do contrato e sem custos adicionais; - devidamente instalado na Instituição, sendo que a primeira será feita de forma presencial e as demais podem ser feitas via WEB; - este software deverá ser compatível com o do item 2 em termos de exportação e importação de dados, conforme o caso; - Treinamento: carga horária mínima de 30 horas em conjunto com o do item 2; para servidor técnico de TI e servidores operacionais; nas dependências da Instituição; com fornecimento de material didático e certificado de participação; - Suporte técnico no período de vigência do contrato, através de telefone, e-mail e/ou chat e sem custos adicionais.

CATSERV: 27472

Valor médio: R\$ 1639,40



Quantidade: 01

Item 2: Licença de software de sistema de emissão de NFC-e e nota fiscal eletrônica, sendo essa segunda para duas faixas de emissões (1 de até 20 NF-e/mês para o Centro de Pesquisa e Produção, CNPJ: 10.648.539-0006-10 (cadastro de no mínimo 2 usuários) e outra de até 300 NF-e/mês para o Campus Muzambinho (cadastro de no mínimo 3 usuários). Licença de uso, por período indeterminado, sem prazo de fidelização, a partir da instalação e aceitação formal, de software de sistema de emissão NFC-e com as seguintes especificações mínimas: - com controle de estoque; - Cadastro de produtos; - Cadastro de grupos de produtos; - Uso opcional de leitor de códigos de barras nas vendas; Compatível com a balança Top Max, modelo US30/2MD- Pode-se cadastrar vários códigos de barras para um só produto cadastrado; - Emite NCF-e em impressoras não fiscais; - Emite NCF-e com dados pessoais dos clientes e campos adicionais a serem definidos pelo usuário no momento da emissão; - Controle de turno de vendas, fundo de caixa, e recebimentos em dinheiro, cheques e cartões; - Controle de descontos e cancelamentos; - Opção de digitação de produtos ou serviços diretamente na NFC-e; - Relatórios de vendas por turnos, venda a venda e por produtos vendidos; - Exclusão de movimentos por período; - Cadastro de no mínimo 03 (três) usuários por licença; - Controle do acesso as funções do sistema por senhas de usuários; - Utilitário de cópia e restauração de dados no próprio sistema; - Utilitário de manutenção dos arquivos para corrigir qualquer dano aos dados; - Utilitário de visualização de relatórios/listagens salvos pelo sistema; -em conformidade com as legislações tributárias vigentes. Neste caso, apresentar documento comprobatório de entidade de direito público; - Com garantia de atualizações durante o período de vigência do contrato e sem custos adicionais; - devidamente instalado na Instituição, especificamente no Campus Muzambinho, de forma presencial ou remotamente, a ser conversado com o requisitante; - este software deverá ser compatível com o do item 1 em termos de exportação e importação de dados, conforme o caso; - Treinamento: carga horária mínima de 30 horas em conjunto com o do item 1; para servidor técnico de TI e servidores operacionais; nas dependências da Instituição; com fornecimento de material didático e certificado de participação; - Suporte técnico no período de vigência do contrato, através de telefone, e-mail e/ou chat e sem custos adicionais.

CATSERV: 27472

Valor médio: R\$ 3670,00

Quantidade: 01

Item 3: Contratação da prestação de serviço de manutenção e suporte, por período indeterminado, renovado automaticamente a cada 12 meses, sem prazo de fidelização e reajustado ao final desse prazo pelo índice IGPM, para os itens 1 e 2 de acordo com os Níveis de Serviço: a) A atualização das licenças do software fiscal, em função de alterações da legislação fiscal; b) Atualização licenças do software fiscal para correção de erros e/ou aperfeiçoamento; c) Suporte técnico para as licenças do software pelo período de 12(doze)meses; d) Serviços de atendimento e suporte técnico disponíveis em horário comercial, em dias úteis, através de telefone ou via web, para as licenças do software fiscal; e) Tempo máximo para início de prestação de suporte técnico e manutenção não superior a 8 horas; f) Atualizações de versões das licenças do software fiscal e o suporte à operação; g) Auxiliar na instalação e configuração do software de acordo com o ambiente e produção da CONTRATANTE. h) O nível de suporte técnico, de caráter preventivo ou corretivo, deve ser



prestado de forma a assegurar os níveis e disponibilidade para manter o software em perfeitas condições de uso.

CATSERV: 25992

Valor médio unitário: R\$ 689,40

Quantidade: 12 (meses)

Item 4: Aquisição de 01 (uma) impressora térmica não fiscal, de primeiro uso, com guilhotina para impressão dos cupons de venda (NFC-e) do posto de vendas do Campus atendendo as especificações dos pedidos nos itens 1 e 2.

CATMAT: 224720

Valor médio: R\$ 724,00

Quantidade: 01

3 - JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

3.1 - CONTEXTUALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA

O fornecimento de solução de software fiscal e contábil, se faz necessária para atender a legislação corrente e pertinentes à Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Minas Gerais: Conforme o Ricms/2002 – Anexo V, parte 1, Título I, Anexo VII, parte 1, capítulo I, artigo 1º, § 5º e Resolução 5.234 de 5 de fevereiro de 2019 que estabelece a obrigatoriedade de emissão da Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica – NFC-e –, prevista no inciso XXXVIII do art. 130 do Regulamento do ICMS – RICMS –, aprovado pelo Decreto nº 43.080, de 13 de dezembro de 2002 que o Campus deverá adotar a partir de janeiro de 2019. A emissão da NCF-E visa oferecer uma nova alternativa totalmente eletrônica para os atuais documentos fiscais em papel (cupom fiscal emitido por ECF e nota fiscal modelo 2 de venda a consumidor), reduzindo custos de obrigações acessórias aos contribuintes, ao mesmo tempo que possibilita o aprimoramento do controle fiscal pelas Administrações Tributárias. Para o consumidor final possibilita a transparência das informações como a conferência da validade e autenticidade do documento fiscal recebido e com isso dispensa o uso do emissor de cupom fiscal e da intervenção técnica e fica condicionada ao uso de qualquer impressora não fiscal. Diante disso, torna se necessário a aquisição de Licença de software fiscal para emissão de NFC-e e nota fiscal eletrônica referente a todas as movimentações de entradas e saídas de mercadorias e também um Sistema Contábil para controle e geração das obrigações acessórias estaduais.

Obs: **Do agrupamento.**

Com relação ao AGRUPAMENTO dos itens 01, 02 e 03 se dá pela razão de permitir a padronização dos itens individuais. São produtos com finalidades conjunta porém diferentes fornecedores apresentam diferentes soluções da característica sendo assim empresas diferentes causaria ineficiência na sua utilização ou até mesmo incompatibilidade/transtornosa fato que causaria prejuízos a Administração.

Além disso a optou-se pelo agrupamento de itens para atender principalmente aos princípios da economicidade e eficiência a visto que a execução e fiscalização de um **único**



contrato proporciona benefícios consideráveis para a Administração como economia de recursos financeiro de recursos humanos e tempo.

Acreditamos inclusive que tal agrupamento resultará em considerável ampliação da competitividade pois os valores se tornarão mais atraentes aos proponentes a devendo assim Aumentar a probabilidade de que a Administração venha fazer aquisições mais vantajosa, tendo em vista que ela receberá mais propostas a beneficiando a eficiência das aquisições.

Assim a dentro da competência discricionária que é assegurada à Administração optou-se por adotar o critério de julgamento e agrupamento por lote que se reputa mais ajustado às necessidades e eficiência administrativas no presente caso.

3.2 - DO ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL

O investimento em questão não estava planejado no PDTIC 2019, mas por questões de alterações na legislação, tornou-se necessário a aquisição de um novo sistema que atendesse. Foi consultado na data de 24/10/2019 o CGTI para a concordância desse item, não tendo nenhuma objeção.

3.3 - DOS RESULTADOS E BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS

O fornecimento de solução de software fiscal e contábil permitirá o atendimento e cumprimento das legislações tributárias, como por exemplo: Elaboração dos livros de entrada e saída, DAPI (Declaração de Apuração e Informação do ICMS), VAF (Valor Adicionado Fiscal), SPED Fiscal. O software irá auxiliar no controle de estoque do posto de vendas do Campus como também o registro de todas as movimentações de entradas e saídas através da nota fiscal eletrônica e NCF-e.

3.4 - DO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO DE TIC

Dada a quantidade de itens reduzida e o valor estimado, o parcelamento desta contratação não é viável. Do contrário, poderia se ter o fracasso do procedimento licitatório, tendo que repeti-lo e incorrendo em custos adicionais com o processo de contratação.

4 - REQUISITOS DA SOLUÇÃO

4.1 - REQUISITOS DE NEGÓCIO

Atendimento a Legislação Estadual Vigente

Proporcionar transparência nos processos contábeis

Atendimento e cumprimento das legislações fiscais e tributárias

Informações em tempo real ao fisco das movimentações de entrada e saída de produtos produzidos internamente pelo campus.

Funcionamento em multiplataforma

Banco de dados centralizado



Funcionamento em rede

Maior agilidade nos processos

Garantir maior segurança nas informações

4.2 - REQUISITOS DE CAPACITAÇÃO

Treinamento: carga horária mínima de 30 horas em conjunto com o do item 1 e 2; para servidor técnico de TI e servidores operacionais; nas dependências da Instituição; com fornecimento de material didático e certificado de participação.

4.3 - REQUISITOS LEGAIS

Além de toda a legislação e regulação inerente a processos públicos licitatórios, que serão detalhados no edital, a contratação em questão apresenta requisitos legais específicos, entre eles:

- Lei Federal nº 8.666/1993: Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;
- Decreto nº 2.271/1997: Dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;
- Decreto nº 7.174/2010: Regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração pública federal, direta ou indireta, pelas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e pelas demais organizações sob o controle direto ou indireto da União;
- Decreto nº 7.746/2012: Regulamenta o art. 3º da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP;
- Instrução Normativa SLTI nº 01, de 19 de janeiro de 2010: Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;
- Instrução Normativa SLTI nº 05, de 27 de junho de 2014: Dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral e suas alterações;
- Instrução Normativa SGD/ME nº 01, de 04 de abril de 2019: Dispõe sobre o processo de contratação de Soluções de Tecnologia da Informação e comunicações - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos da informação - SISP do Poder Executivo Federal.

4.4 - REQUISITOS DE GARANTIA, MANUTENÇÃO E SUPORTE

A contratada deverá ser responsabilizada pelos vícios e danos decorrentes da prestação dos serviços de garantia, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar dos valores devidos a quantia a ser determinada em requisitos de acordo de nível mínimo de serviços.

4.5 - REQUISITOS TEMPORAIS



O suporte e manutenção dos itens 1 e 2 terão validade de 12 meses podendo ser renovado, o item 3 deverá possuir garantia de 12 meses contando a partir da entrega da mesma ao campus Muzambinho e o item 4 complementa o item 1 e 2 seguindo o mesmo critério.

4.6 - REQUISITOS SOCIAIS, CULTURAIS E AMBIENTAIS

A contratada deverá observar os seguintes requisitos:

- Observar, no que couber, a Instrução Normativa SLTI nº 01, de 19 de janeiro de 2010: Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;
- Deverá ser responsável pelo descarte sustentável de resíduos de materiais como, por exemplo, embalagens de equipamentos que eventualmente sejam necessários para a prestação do serviço on site;
- Todos os documentos, resultantes da prestação dos serviços deverão ser em suporte eletrônico, salvo aqueles que deverão ser assinados.

5 - REQUISITOS DO SERVIÇO

5.1 - DA PRESTAÇÃO

Suporte técnico no período de vigência do contrato, através de telefone, e-mail e/ou chat e sem custos adicionais.

5.2 - METODOLOGIA DA CONTRATAÇÃO

A metodologia de trabalho inclui:

- Emissão de Contrato;
- Nomeação do Gestor, Fiscais do Contrato e preposto;
- Fiscalização do contrato:
 - relatório de chamados em atendimento e resolvidos da prestação do serviço;
 - avaliação da qualidade da prestação do serviço;
 - caso necessário encaminhar pedido de aplicação de sanção administrativa.

5.3 - SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Considerando que a contratada poderá ter acesso aos servidores, inclusive acesso remoto e on line, deverá ser assinado pelas partes o termo de compromisso de confidencialidade (Anexo I - deste documento) e de termo de ciência (Anexo II - deste documento). Aquele, de parte da contratada, será assinado pelo seu preposto e este pelos seus técnicos que, eventualmente, poderão prestar o serviço localmente.

5.4 - ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO

- Acesso em horário comercial por telefone, e-mail, plataforma WEB e CHAT, inclusive feriados;
- Relatórios mensais de suporte;



5 - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da contratante:

- nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;
- encaminhar a demanda de prestação do serviço de garantia com abertura de chamado na contratada;
- acompanhar e verificar se a prestação do serviço esta de acordo com os termos do contrato;
- aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis e previstas em contrato;
- comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a prestação do serviço;

5.2 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São responsabilidades da contratada:

- indicar formalmente preposto apto a representá-la junto a contratante, respondendo pela fiel execução do contrato;
- atender prontamente quaisquer orientações e exigências dos fiscais do contrato, inerentes à execução contratual;
- reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços;
- propiciar todos os meios e facilidades necessários à fiscalização, cujo representante terá poderes para sustar a prestação do serviço, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;
- manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;
- manter, durante a execução do contrato, equipe técnica devidamente habilitados, treinados e qualificados para a prestação do serviço;
- observar e manter os prazo máximos para a prestação do serviço;
- **A empresa vencedora se responsabilizará em transferir/migrar os dados do sistema utilizado no Campus Muzambinho para o sistema da empresa vencedora, sem custos adicionais para o campus, deixando o novo sistema em pleno funcionamento, sem inconsistências.**



6 - DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

6.1 - ROTINAS DE EXECUÇÃO

Para a execução contratual são estabelecidos os seguintes requisitos:

- Resposta imediata das demandas;
- Relatórios mensais de prestação de suporte.

6.2 - MECANISMOS DE COMUNICAÇÕES

Os mecanismos formais de comunicação inclui e não se limitam aos documentos listados a seguir:

- Contrato;
- Ordem de Prestação de serviço;
- Central de atendimento para abertura de chamado via telefone, email, plataforma WEB e chat sem custos.
 1. fornecimento do número de abertura de chamado;
 2. atendimento através de equipe de especialista;

7 - DA GESTÃO CONTRATUAL

7.1 - CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

Os critérios de aceitação inclui os seguintes requisitos:

- Atendimento a Legislação Estadual Vigente
- Atendimento e cumprimento das legislações fiscais e tributárias
- Acordo de nível de serviço (referir-se ao item 4.4)
- Funcionamento em multiplataforma
- Banco de dados centralizado
- Funcionamento em rede
- Compatível com a balança Top Max, modelo US30/2MD

7.2 - DA GARANTIA DE INSPEÇÕES E DILIGÊNCIAS

A contratante reserva-se o direito de realizar inspeções e diligências a qualquer momento a fim de avaliar a efetiva prestação do serviço pela contratada.



7.3 - RECURSOS HUMANOS NECESSÁRIOS

Os integrantes requisitantes e técnico desta contratação deverão, necessariamente, serem fiscais do contrato em face de conhecimentos técnicos e operacionais da infraestrutura da contratante.

7.4 - PROCEDIMENTO PARA RETENÇÃO OU GLOSA NO PAGAMENTO

Caso a contratada não cumpra com o acordo de nível de serviço, inicialmente por uma ou duas vezes, ela será advertida via notificação. Caso o descumprimento seja reiterado, mais de duas vezes, será aberto processo administrativo para aplicação de sanções nos termos dos Artigos 86, 87 e 88 da Lei 8.666/1993 e artigo 7 da Lei 10.520/2002 (referir-se ao item 4.4).

Para efeitos de notificação serão aferidos, via relatório de acompanhamento de chamados abertos, os requisitos do acordo de nível de serviço.

7.5 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Além dos requisitos das sanções administrativas definidas no edital de licitação, definidos com base nos Artigos 86, 87 e 88 da Lei 8.666/1993 e Artigo 7 da Lei 10.520/2002, será considerado, em relação a qualidade da prestação do serviço de suporte e manutenção, as ocorrências de descumprimento do acordo de nível de serviço conforme tabela abaixo.

Quantidade de ocorrência	Sanção
Uma ocorrência (primeira)	Advertência
Duas ocorrências (segunda)	Advertência
Três ocorrências	Multa 2% sobre o valor global do contrato
Quatro ocorrências	Multa 2% sobre o valor global do contrato
Cinco ocorrências	Multa 10% sobre o valor global do contrato
Mais que cinco ocorrências	Rescisão do contrato

Os registros de ocorrências será sempre acumulativo.

8 - DO CUSTO ESTIMADO, DO ORÇAMENTO E DO PAGAMENTO

8.1 - DO CUSTO ESTIMADO

Após pesquisa de preços junto aos fornecedores chegamos ao valor médio estimado desta contratação conforme tabela a seguir.



Grupo	Item	Descrição	Quant.	Custo médio unitário em Reais	Custo médio total em Reais
01	01	Licença de software fiscal de acordo com o item 1	1	R\$ 1.639,40	R\$ 1.639,40
	02	Licença de software de sistema de emissão de NFC-e e nota fiscal eletrônica de acordo com o item 2	1	R\$ 3.670,00	R\$ 3.670,00
	03	Contratação da prestação de serviço de manutenção e suporte de acordo com o item 4	12	R\$ 689,40	R\$ 8.272,80
	04	Aquisição de 01 (uma) impressora térmica não fiscal com guilhotina de acordo com o item 3	1	R\$ 724,00	R\$ 724,00
Custo total geral em Reais					R\$ 14.306,20

8.2 - DO ORÇAMENTO

- Fonte: 8100000000 ou 0825026412;
- Natureza da despesa: 44904005 (patrimônio intangível – capital), 44905245 para equipamento de impressora e 33904007 (para manutenção e suporte);
- Ação: 20RL.

8.3 - DO CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO

O Pagamento se dará em valor mensal para os serviços de suporte e manutenção (item 4) e um único pagamento para os itens 1, 2 e 3.

8.4 - DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL E DO PAGAMENTO

São pré condições para emissão da nota fiscal e pagamento:

- assinatura do contrato;
- emissão de ordem de prestação do serviço com autorização para emissão de nota fiscal;
- emissão de nota fiscal:
 - nota fiscal de serviço e material;
 - de acordo com o valor contratado;
 - em nome da contratada;
 - com menção ao número da nota de empenho;



- com indicação de dados bancários em nome da contratada;
- o pagamento será efetuado de acordo com prazo estabelecido no edital;
- Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.
- Será verificada, ainda, a regularidade fiscal, através de consulta “on-line” ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666/93.
- Quando da ocorrência de eventual atraso de pagamento provocados exclusivamente pela CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX/100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual de taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

- Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

9 - DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

9.1 - DECLARAÇÃO DE SERVIÇO COMUM

O objeto desta contratação se enquadra como bem ou serviço comum, nos termos do §10, artigo 90 do Decreto 7.714/2010, visto que há outros software no mercado para a finalidade pretendida com esta contratação.

9.2 - DA LICITAÇÃO

Em face da declaração acima, a licitação será na modalidade Pregão e tipo Eletrônico.

9.3 - DO REGIME DE EXECUÇÃO



O regime de execução será Indireto e empreitada por preço global em atenção à Alínea "a", Inciso VIII e Artigo 6 da Lei 8.666/1993.

9.4 - DO LOCAL DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

O serviço deverá ser prestado à Estrada de Muzambinho, Bairro - Morro Preto, Muzambinho - MG, 37890-000

9.5 - DA PROPOSTA

A proposta de preços da licitante deverá conter a planilha que segue e declaração de que nos preços ofertados estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, tributos, encargos e lucro decorrentes da prestação do serviço.

Grupo	Item	Descrição	Quant.	Custo médio unitário em Reais	Custo médio total em Reais
01	01	Licença de software fiscal de acordo com o item 1	1	R\$ 1.639,40	R\$ 1.639,40
	02	Licença de software de sistema de emissão de NFC-e e nota fiscal eletrônica de acordo com o item 2	1	R\$ 3.670,00	R\$ 3.670,00
	03	Contratação da prestação de serviço de manutenção e suporte de acordo com o item 4	12	R\$ 689,40	R\$ 8.272,80
	04	Aquisição de 01 (uma) impressora térmica não fiscal com guilhotina de acordo com o item 3	1	R\$ 724,00	R\$ 724,00
Custo total geral em Reais					R\$ 14.306,20

9.5 - DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR

A seleção do fornecedor se dará pelo critério do menor preço global.

9.6 - DA ADJUDICAÇÃO

Para efeitos de homologação da proposta, a licitante deverá demonstrar o funcionamento do itens 1, 2 de forma presencial no campus.

10 - DA APROVAÇÃO

A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída e registrada no documento de oficialização da demanda do planejamento desta contratação.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas
Campus Muzambinho

Estrada de Muzambinho, Km 35 - Bairro Morro Preto - Muzambinho/MG - CEP 37890.000
www.muz.ifsuldeminas.edu.br - Fone: (35) 3571.5051



Conforme o §6º do art. 12 da IN SGD/ME nº 01, de 2019, o Termo de Referência ou Projeto Básico será assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação e pela autoridade máxima da Área de TIC e aprovado pela autoridade competente.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas
Campus Muzambinho
Estrada de Muzambinho, Km 35 - Bairro Morro Preto - Muzambinho/MG - CEP 37890.000
www.muz.ifsuldeminas.edu.br - Fone: (35) 3571.5051



Muzambinho/MG, 06 de dezembro de 2019.

De acordo:

Zélia Dias de Souza
Diretora de Administração e Planejamento

Aprovo:

Renato Aparecido de Souza
Diretor-Geral